

O fim da Ilusão Argentina

O colapso é o epílogo de uma aventura econômica que garantiu a eleição de dois presidentes.

O médico Angel Ricciardi, de 52 anos, não se incomodou com o frio nem com a fila no Banco de la Provincia, em Buenos Aires. Como os outros, estava ali para esvaziar sua conta de pesos. “ Vou trocar tudo por dólar e guardar embaixo do colchão ”, explicou ao caixa. Assim faziam os argentinos nos tempos da hiperinflação, nos anos 80, quando o país tentava emergir de meio século de instabilidade política, ciclo marcado por 29 períodos de exceção com um golpe de Estado, em média, a cada 18 meses. A falta de dólares nos bancos e as procissões nas calçadas, na semana passada, eram sinais eloqüentes do fim de uma ilusão: a reconstrução de uma Argentina tão rica quanto a do início do século passado, quando imigrantes europeus desembarcavam aos magotes em Buenos Aires com a bagagem recheada de sonhos de trabalho e fortuna. Desde 1991, esse sonho foi vencido por três vezes, nas urnas, pelos presidentes Carlos Menem e Fernando de la Rúa.

Adversários na política, eles compraram a mesma fórmula econômica elaborada por economistas liberados por Domingos Cavallo, ministro da Economia nos dois governos. Nela se previa a transformação da Argentina em potência industrial, a partir da igualdade de valor entre o peso e o dólar. A magia do câmbio fixo durou três eleições.

Na terça-feira, diante de De la Rúa, o próprio Cavallo admitiu o epílogo da utopia: “ Ninguém quer nos emprestar dinheiro ”. Empobrecida e sitiada pelo elevado desemprego, a Argentina se vê diante do colapso, com poucas alternativas. Assusta o Brasil, cuja moeda se debilita. Na sexta-feira, cada dólar valia R\$ 2.59.

“ Eu sou o único argentino que não tem uma solução para o país ”, repetia na década de 80 o escritor Jorge Luis Borges. Até morrer, há 15 anos, ele costumava sublinhar com essa ironia a anedota segundo a qual o número de candidatos à Presidência da República correspondia ao tamanho da população adulta. Cada argentino parecia dispor de um completo programa de governo – quase sempre antagônico ao aposentado pelo interlocutor.

Hoje, nem mesmo presidentes de fato conseguem formular programas que tenham alguma consistência. Estadistas de botequim são relíquias do passado – os argentinos seguem vivendo o papel críticos vocacionais, mas vão arquivando, vencidos por sucessivas frustrações, discursos e plataformas. Como Jorge Luis Borges, eles também não vêem soluções para o país.

O general Jorge Videla, que ocupou a Presidência durante a ditadura militar e foi novamente preso na semana passada, sob acusação de envolvimento na matança de adversários políticos, continua convencido de que a culpa é dos civis. “ Os argentinos nem sabem exatamente quem são ”, afirma Videla, para quem a identidade nacional ainda está em gestação. “ Como podem saber o que querem? ” Por trás das palavras de Videla vislumbra-se uma assombração antiga: países desorientados precisam de quem saiba chefiar – e chefiar é coisa para militares.

A volta dos generais à Casa Rosada, por enquanto, é uma hipótese que se afigura tão viável quanto a ressurreição física de Juan Perón (que assumiu o poder, não custa registrar, com a patente de coronel). Os quartéis argentinos continuam ensanguentados por 30 mil mortos ou desaparecidos, manchados pelo sumiço de bebês roubados de prisioneiras grávidas, minados pelo envolvimento com casos de corrupção e atulhados de escombros decorrentes de administrações desastrosas. Os militares levaram o país à bancarrota econômica e tornaram inevitável a desagregação política. O lugar de um Videla não é numa tribuna, mas num tribunal. Vem aí, contudo, gerações de oficiais sem vínculos com os crimes do passado, e nelas não faltarão candidatos ao papel de salvador da Pátria.

Homens providenciais, enviados pelos deuses para salvar a Pátria, são figuras ainda festejadas na América Latina, fardados ou não. Na mesma Argentina, o ex-presidente Carlos Menem dispensou-se de uniformes, coturno ou medalhas para exercer tal papel, encerrando até recentemente por De la Rúa e, no momento, por Cavallo.

Alto, hábil, olhar sempre fixo e fala sempre segura como a de um vencedor de bilhetes e loteria, Carvalho garante ter a solução para resgatar a Argentina do longo inverno de três anos de recessão, desemprego e desindustrialização. Mas na semana passada viu-se sem créditos, dentro e fora da Argentina. Na quinta-feira, por exemplo, o prédio do Ministério da Economia, no Centro de Buenos Aires e ao lado do palácio presidencial, foi alvo de protestos com bombardeios com ovos. “ Ninguém votou em Cavallo para Presidente ”, gritavam manifestantes. “ Por que devemos aceitar que ele mande no país e mate o povo de fome? ”.

O colapso previsível foi confirmado no começo da semana quando os habituais

credores estrangeiros se recusam a emprestar um único centavo. Seguiu-se a perplexidade com a absoluta falta de rumo do governo. O fim do câmbio fixo em relação ao dólar passou a ser considerado inevitável. O problema agora não é mais se a Argentina vai desvalorizar a moeda, mas quando e de que forma. O governo aparentemente está seduzido pela alternativa de total dolarização da Argentina. De la Rúa pediu ajuda aos EUA. Fez do ex-presidente Bill Clinton, que visitava Buenos Aires, seu emissário a Washington. O presidente George Bush enviou-lhe uma carta reafirmando a posição do país de mero espectador da crise no Mercosul: " Acompanho com interesse ", respondeu De la Rúa.

Em Brasília, o presidente Fernando Henrique preocupou-se com a possibilidade de a crise financeira se desdobrar em outra, bem mais grave. Comentou o assunto com Clinton, em jantar quarta-feira, enquanto degustavam espuma e aipim, caviar, trufas negras, faisão e camarão. Despediram-se achando possível um socorro dos EUA, do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou de organismos internacionais. Como nas horas seguintes a Argentina não conseguiu obter dinheiro, nem promessas, o governo brasileiro começou a se preparar para o pior cenário, a bancarrota Argentina e seus reflexos nas economias do Mercosul. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, já tinha um " Plano B " esboçado: um novo acordo com o FMI para garantir uma linha de crédito de emergência, válida até o fim do ano que vem, ou seja, depois da eleição presidencial. O custo desse acerto deveria ser mais uma rodada de aumento de impostos para garantir o caixa federal.

A crise, do bolso à mesa

A turbulência no mercado cambial atingiu os orçamentos domésticos. Item de consumo básico, o pão está mais caro. Desde janeiro, o aumento ultrapassa os 8%, segundo cálculos do IBGE. O preço poderá sofrer reajuste de mais de 10% neste mês por causa da alta do dólar, avisa Frederico Maia, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria de São Paulo.

Só a farinha de trigo é responsável por cerca de 25% dos custos de produção. A matéria-prima usada nas padarias e pastelarias brasileiras é em grande parte importada, cotada em moeda americana. O preço da saca está mais de 10% acima do cobrado no início do ano. " A situação é crítica, levando em consideração o peso que o grão tem na composição do produto ", explica Maia.

A Administradora de empresas Ana Maria Gonçalves, de 38 anos, compra pelo menos um pão francês por dia. Paga R\$ 0,20 pela unidade. Em maio,, desembolsava R\$ 0,18 na mesma padaria, na Zona Oeste de São Paulo. " Para certas camadas da população, esse aumento é enorme ", acredita. O gerente da padaria, Marcos Dudena, de 32 anos, lembra-se do tempo em que o produto custava R\$ 0,15 – há apenas dois anos.

O dólar também faz parte da contabilidade de fabricantes de outros produtos que dependem de mercadorias importadas. Com taxas de câmbio nas alturas, eles vêm reajustando preços e fazendo pressão sobre a inflação. Em junho, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) registrou uma taxa de 1,46%, a maior desde agosto de 1998. Em maio, havia sido de 0,44%. Paulo Sidney de Melo Cota, chefe de Centro de Estudos de Preços da FGV, prevê alta ainda maior do Índice de Preços ao consumidor em julho – entre 1,60% e 1,70%.

Outros efeitos da disparada da moeda americana e da instabilidade nos mercados financeiros estão visíveis na vida cotidiana. Com a aprofundamento dos problemas na Argentina, a taxa básica de juros da economia vem subindo. Está em 18,25% anuais, mas calcula-se que o governo deverá aumentá-la ainda neste mês. O crédito está mais caro por isso. Quem quiser entrar em um banco para tomar em empréstimo ou financiar um carro vai pagar mais. Da mesma forma, as empresas passaram a gastar mais para financiar investimentos, fato que pode ter conseqüências nos níveis de produção e emprego.

O governo aumenta os juros para melhorar o rendimento das aplicações em reais e tentar segurar o investidor externo. No mundo dos negócios, o Brasil confunde-se com a Argentina. Quando aumentaram os problemas do lado de lá, os investidores estrangeiros preferem fugir de todos os mercados da região, inclusive do Brasil. Chile, México e Venezuela também sofrem os efeitos da tormenta argentina.

Para empresas com negócios na Argentina, a situação é mais complicada. Três anos de recessão fizeram minguar o poder aquisitivo da população local. Vender torna-se tarefa cada vez mais difícil. Alguns estão aceitando até baixar preços. " Todos os dias reduzimos um pouco nossa margem para conseguir clientes ", diz José Luiz Irazusta, da Swift. Em 1998, a multinacional de enlatados cobrava US\$ 0,44 por um patê que hoje sai por US\$ 0,29. Já o grupo Bemberg resolveu comercializar a cerveja Quilmes por US\$ 1. " É tudo o que o cliente tem no bolso ", explica Agustín García Mansilla, presidente da empresa no país. Ainda assim, Buenos Aires continua a ser a cidade mais cara da América Latina, por conta do efeito da dolarização.

Os exportadores brasileiros de telefones celulares ainda não acharam fórmula para sustentar as vendas. O movimento para a Argentina caiu em um terço neste ano. As montadoras com fábricas no Brasil também amargam prejuízos. Os embarques de carros para a economia vizinha reduziram-se em 50%. A unidade da Volkswagen em São Paulo anunciou na semana passada férias coletivas em julho para compensar a perda de receitas.

Mesmo as fábricas com operações nos dois lados da fronteira trazem nos balanços contábeis as marcas da crise. A Fiat é um exemplo. Por causa do peso artificialmente forte, os custos de produção da unidade argentina de Córdoba, região industrial, são 40% mais altos que os de Betim, em Minas Gerais. Com isso, os preços inflam, tornando os carros em produto de luxo. Um Fiat Palio, modelo simples, que sai a R\$ 16 mil no Brasil, é oferecido no vizinho por R\$ 30 mil. Como resultado, apenas 12 mil automóveis novos de todas as marcas foram vendidos no último mês na Argentina.

Há quem encontre boas notícias em meio à turbulência. É o caso de exportadores com mercados diversificados e custos em dólares reduzidos. Nesse grupo estão os produtores de soja. Já favorecidos pela recuperação das cotações internacionais, graças a problemas climáticos em outras regiões produtoras do mundo, eles comemoraram a explosão do câmbio. "O dólar alto é muito positivo", diz Pedro Jacyr, diretor-superintendente do Grupo Maggi, o maior setor. "Estamos tendo ganhos 20% maiores, em média. Pena que 70% da safra já tinha sido comercializada em condições menos favoráveis", lamenta o residente da Comissão de Grãos da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Jorge Rodrigues. O Brasil produziu cerca de 36 milhões de toneladas de soja em 2001. Um terço disso foi para o Exterior.

Exportadores de carne de frango partilham a animação. A valorização da moeda americana impulsionava uma trajetória de ganhos. A doença da vaca louca na Europa aumentou a demanda por outros tipos de carne e abriu mercados. Resultado: nunca se vendeu tanto frango brasileiro. Em maio, o volume embarcado bateu recordes. O bom desempenho continua. Para solidificar o crescimento, as líderes Perdigão e Sadia acabam de criar uma empresa conjunta para expandir a ocupação de mercados no Exterior. O Brasil já é o segundo maior produtor de frango do mundo, atrás apenas dos EUA.

A indústria de couros também não tem do que reclamar. Exporta 70% da produção. "Esse benefício do câmbio pode ser de curto prazo", rebate o vice-presidente do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil, Amadeu Fernandes. A euforia se repete em setores tão diversos quanto mineração, celulose e peças automotivas. A desvalorização acentuada do real neste mês melhora ainda mais as perspectivas. Até maio, quando o dólar estava na casa dos R\$ 2,30, a rentabilidade das exportações tinha subido pelo menos 8% calcula a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior.

Falta, porém, equilíbrio na conta de quem ganha e quem perde. Apenas uma pequena parcela do país consegue colher benefícios de uma crise que acabou com o sonho argentino e fará o Brasil crescer menos.